

## RELATO DE EXPERIÊNCIA: VIVÊNCIAS EM TEATRO POLÍTICO A PARTIR DAS HISTÓRIAS DE MULHERES INDÍGENAS DO PARQUE DAS TRIBOS

Annie Martins<sup>1</sup>  
Vanja Poty<sup>2</sup>

**M**anaus, fevereiro de 2021. Escrevemos este relato com bastante dificuldade de concentração em meio a uma cidade devastada, com o corpo-mente em frangalhos, paralisadas por uma política genocida, pela morte, pelo medo, por não sabermos direito como seguir criando, por termos que conviver com as sequelas do coronavírus, pelo cárcere subjetivo e pela ausência de interação. A pandemia nos prende em casa, o movimento é pouco, a convivência consigo é muita e entendemos que, apesar do estado de calamidade do Amazonas, a sensação de desamparo emocional ocasionada pelo tempo presente atravessa o país. Tais percepções acerca do espírito do tempo contrapõem-se às lembranças afetivas de nosso último processo presencial como docentes do Curso de Teatro da Universidade do Estado do Amazonas: o componente curricular Interpretação II, ministrado para estudantes do quarto período dos cursos de bacharelado e licenciatura de forma modular, entre os meses de fevereiro e março de 2020, dias antes de nossas vidas virarem do avesso. Trataremos aqui de uma experiência pedagógica com o Teatro da/o Oprimida/o, em um contexto de vulnerabilidade social no qual tivemos como inspiração as histórias de luta de duas mulheres indígenas moradoras do Parque das Tribos e, para tal intento, utilizaremos a metodologia de relato de experiência, por meio da abordagem de investigação *história de vida*<sup>3</sup>.

A disciplina Interpretação II abarca em sua ementa o estudo teórico-prático dos elementos do teatro épico e político na construção da cena, a partir das linguagens investigadas por Bertolt Brecht e Augusto Boal. As aulas foram desenvolvidas com o objetivo de trocar sobre processos de atuação em diferentes contextos políticos e levar as/os estudantes para experimentar a realidade de espaços abandonados pelo poder público na cidade. No primeiro momento, a ideia era manter a tradição do componente de levá-los/as aos presídios localizados em meio

<sup>1</sup>Annie Martins Afonso: doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, na Linha de Pesquisa Linguagem, Corpo e Estética na Educação – LICORES-UFPR. Professora do Curso de Teatro da Universidade do Estado do Amazonas. Coordenadora do Projeto Arbitrio: Teatro na Prisão. E-mail: [amafonso@uea.edu.br](mailto:amafonso@uea.edu.br)

<sup>2</sup>Vanja Poty Sandes Gomes Menezes: Professora de atuação e performance do Curso de Teatro da Universidade do Estado do Amazonas, doutora em Artes da Cena (IA/Unicamp). Autora de *A cena e o sonho: poéticas rituais de criação na obra do Odin Teatret* (2015). Líder do grupo de pesquisa Vazio: entre, além e através dos treinamentos e das performatividades da cena, e do NUPRAMTA: Núcleo de Práticas Meditativas no Treinamento do Artista. E-mail: [vpoty@uea.edu.br](mailto:vpoty@uea.edu.br)

<sup>3</sup>“Pertencente à abordagem qualitativa biográfica, consiste em dar ouvidos para as experiências que os sujeitos relatam. O pesquisador escuta, por mecanismos diversos, o relato da história de vida de alguém que a ele narra, possibilitando ao ouvinte (pesquisador) contatos com memorações diversas, as quais corroboraram para a constituição e desenvolvimento tanto pessoal, quanto profissional do indivíduo, desencadeando a formação. As pesquisas no contexto (auto)biográfico são bastante utilizadas como fontes históricas na área da Educação, ressaltando que cada narrativa deve ser analisada respeitando basicamente o contexto e o conteúdo para relacionar-se com a pesquisa da qual se deseja aprofundar os estudos” (CORRÊA; FERREIRA; LIECHOCKI, 2020).

à floresta, por conta de um projeto de extensão atuante no contexto penitenciário local<sup>4</sup>. Entretanto, devido às dificuldades de logística, nosso plano B foi levá-los/as ao Parque das Tribos, maior bairro indígena situado dentro de uma área urbana em Manaus, com mais de setecentas famílias, três mil habitantes e trinta e cinco etnias aproximadamente<sup>5</sup>, onde já acontecem projetos de extensão de outras/os professores/as do Curso de Teatro.

Quase um ano após esta experiência, é difícil prever quando e como voltaremos às aulas presenciais. Apesar da desesperança, gostaríamos de aqui resgatar as memórias de corpos em festa, livres, ouvintes e aprendendo com a história de duas importantes moradoras do Parque das Tribos, a Cacica *Lutana Kokama* e a pesquisadora *Perpétua Tsuni Kokama*. Após nove encontros – de quatro horas cada – com os estudantes da disciplina na Universidade, trabalhando jogos teatrais da estética da/o oprimida/o, técnicas do teatro épico, reflexões e práticas de cenas sobre os temas machismo, homofobia, racismo, gordofobia e relacionamentos abusivos, nos preparamos para estar no Parque durante dois dias, indo pela manhã e voltando no final da tarde. Nossa proposta pedagógica era chegar lá e ouvir, conversar, sentir, vivenciar, jogar, aprender e praticar a escuta sensível, ou seja, não poderíamos impor uma prática cênica apenas para cumprir o plano de disciplina, pois o Teatro Político, especialmente a Estética da/o Oprimida/o, leva em consideração processos de espontaneidade e autonomia, respeitando o tempo de cada um/a pertencente ao jogo, num processo de descobertas sobre si mesmo/a e seu próprio mundo.

Estávamos todas/os, professoras e discentes, empolgadas/os com a ideia de sairmos do espaço formal de ensino. Desde a saída da universidade, observamos as brincadeiras dos estudantes, cantando e mostrando suas casas e/ou outros lugares que frequentavam ao longo do percurso de quase uma hora até o local. O caminho até o Parque já traz consigo uma atmosfera diferente da que estamos acostumadas/os em boa parte da cidade: ao contrário do que é possível imaginar, Manaus não é arborizada e tem poucos espaços públicos de lazer e, por outro lado, os arredores do Parque das Tribos – localizado na periferia da zona oeste da cidade –, são preenchidos por grandes árvores, uma paisagem verde com proximidade direta com a Floresta Amazônica, belezas naturais, pássaros, crianças brincando e correndo pelas ruas de terra.

Cabe ressaltar aqui que não estamos glamourizando a pobreza do local e de seus habitantes, e sim tentando descrever a realidade das opressões do Parque das Tribos. São muitas as lutas travadas entre as lideranças indígenas e as instituições governamentais para fazer valer os seus direitos. Do lado de fora da van da Universidade, o sol escaldante nos revela uma miséria que entristece logo à primeira vista: casas de tijolo ou madeira por fazer, vielas sujas e esburacadas, e igrejas evangélicas espalhadas a cada esquina. Ademais, a fome, as constantes ameaças de desapropriação, o tráfico e a violência afetam o cotidiano dos/as moradores/as, bem como a ausência de saneamento básico e de energia elétrica. Contudo, estas mazelas ficam em segundo plano com a recepção calorosa e com a energia dos abraços de nossas protagonistas e de suas famílias.

4 Projeto Arbitrio: Teatro na Prisão (2015 – até os dias atuais): Projeto de Extensão coordenado pela Profa. Annie Martins nas unidades prisionais localizadas no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPJA), no quilômetro 8 da BR 174, no Estado do Amazonas.

5 Informação em entrevista concedida por Vanda Ortega Witoto ao portal G1 Amazonas e publicada em 29 de janeiro de 2021 (CASTRO, Matheus. Com falta de leitos em hospitais de Manaus, comunidade cria espaço para atender indígenas com Covid-19. In: G1 Amazonas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/01/29/com-falta-de-leitos-em-hospitais-de-manau-comunidade-indigena-cria-espaco-para-atender-indios-com-covid-19.ghtml>>. Acesso em 15 mar 2021).



Perpétua Tsuni Kokama e Cacica Lutana Kokama, respectivamente. Fonte: Arquivo

Após as apresentações, Lutana e Perpétua nos convidam para sentar ao chão do espaço do Centro Cultural Mainuma, também utilizado como escola para o ensino da língua Kokama<sup>6</sup>. Sentadas/os em roda, como é de costume no teatro e no cotidiano indígena, o espaço da arena, típico do Teatro do Oprimida/o e inerente aos povos tradicionais, nos proporcionou mais liberdade para ouvir e falar sem hierarquias: o corpo nesta configuração muda, sentindo-se à vontade por um lado e, por outro, lutando contra os incômodos físicos. Havíamos explicado os objetivos do encontro previamente por telefone e por mensagens, como as possíveis experimentações com as histórias delas no Teatro Fórum<sup>7</sup>, reiterando sempre que queríamos aprender e ouvir, no tempo delas e não no nosso. A Cacica Lutana, com 42 anos, se apresenta e nos conta do acidente que sofreu e da fratura em sua perna, devido a um atropelamento de barco que a deixou em coma em 2019, quando um famoso empresário e político de Manaus, alcoolizado, bateu em sua canoa com o *jetski*, levando-a ao fundo do Rio Tarumã – afluente do Rio Negro que circunda o local –, causando ferimentos graves em onze indígenas. O processo judicial do caso ainda aguarda o julgamento, tendo em vista que o responsável pelo acidente recorreu todas as vezes. Então, a narradora nos traz a história da fundação do Parque das Tribos, colocando o acidente em segundo plano naquele momento, revelando sua força de superação e, ao mesmo tempo, o triste costume com as opressões provenientes de homens brancos e envai-

<sup>6</sup> “Lutana foi quem movimentou a criação do espaço cultural para o ensino da língua Kokama, o Centro Cultural Mainuma, que é assessorado pela Gerência de Educação Escolar Indígena da Secretaria Escolar Municipal de Educação (GEEI/SEMED) onde Tsuni ministra as aulas. O espaço para que as aulas aconteçam está junto da casa de Lutana, ainda em processo de construção. Tsuni e Lutana são as mulheres que batalham para que o projeto se mantenha, buscando parceiros que possam de alguma forma contribuir com sua efetivação” (BÓRDIN, 2020, p. 69).

<sup>7</sup> Técnica do Teatro da/o Oprimida/o de Augusto Boal, na qual as cenas que contam uma história real de opressão são interrompidas pela plateia, para que esta faça um fórum de discussões acerca de outros caminhos que atenuem aquela opressão mostrada. Novas cenas são realizadas substituindo as anteriores, com outras soluções, conscientizando as(os) participantes sobre ser possível solucionar opressões.

decidos. Lutana estava sentada num tronco de árvore cortado –que se transformou em banco –, pele queimada pelo sol, com cicatrizes em um corpo impregnado de histórias, aparentando ser uma mulher que não descansa. Sua família veio do interior do Amazonas, da comunidade do Punã, que fica à beira do rio Solimões, próximo aos municípios de Uarini e Alvarães. Fugindo da miséria, aos cinco anos saiu da comunidade com sua família, passando por várias outras pequenas cidades até chegar em Manaus. Viveram muitas opressões e preconceitos na capital, sem reconhecimento de sua etnia e de seus costumes, até que, com o descaso, perceberam que precisavam de um lugar para abrigar o indígena que chegasse à Manaus. Em 1986, quando tinha oito anos de idade, ela e sua família adentraram as terras da Floresta do Tarumã e lutaram durante anos para formalizar o território como pertencente aos indígenas não-aldeados da cidade, pois, com o crescimento urbano, parte do Tarumã tornou-se um bairro com condomínios de luxo, de modo que empresários do ramo da construção civil reivindicam o espaço para a instalação de empreendimentos.

Ao longo de muitas noites, Lutana, seus familiares e indígenas de outras etnias que foram se estabelecendo no Parque, não conseguiam dormir com medo das ameaças de reintegração de posse, revezando-se para proteger as casas e as terras dos policiais. Ela conta que grileiros se escondiam por entre as árvores e atiravam com armas de fogo, mostrando a marca da bala que a atingiu e também falando das flechas que atingiram os invasores em legítima defesa. Nos encantamos com os detalhes dos rituais realizados para proteger as moradias, que invocavam os espíritos da floresta para que dominassem os opressores com alucinações de ataques de onças ferozes e de barulhos ensurdecedores para que estes se afastassem.

De todos os irmãos homens, Lutana revela que foi a única que enfrentou o poder. Organizou os papéis de registro do Parque das Tribos e, desde 2014, vem pressionando políticos na Câmara dos Vereadores de Manaus e na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, desconstruindo um espaço de luta que, tradicionalmente, pertencia aos homens de sua etnia, abrindo um lugar importante de fala e de ação da mulher indígena. Somente em 2019 o Parque das Tribos é reconhecido como um bairro indígena pela prefeitura de Manaus, e não como reserva como o esperado, de modo que até a promessa de saneamento básico e energia elétrica não foi cumprida até os dias atuais.

Eu tinha uns oito anos de idade. Até hoje estamos aqui, lutando nessa terra, pra gente ter essa posse melhor e concretizada, para que as autoridades possam ver que nós indígenas temos o direito de ir e vir quando nós quisermos. Somos índios nativos da natureza e também somos índios da cidade. (KOKAMA, Lutana. Depoimento de Kokama concedido à A. Martins e V. Poty. Parque das Tribos, fev. de 2021. Entrevista)

Em seguida, Perpétua apresenta-se com o seu “nome da cidade”, isto é, o nome escolhido entre os brancos e, depois, com seu nome indígena: *Tsuni*, que significa “pássaro que vive na terra ou que mora” na língua Kokama. Perpétua também é morena, tem a pele marcada pelo sol e se engaja na luta política. Ela conta, com a voz embargada e o corpo contido que, quando adolescente na comunidade Santa Maria – com sete casas à beira do lago pertencentes aos seus parentes –, localizada no Rio Içá, no município de Santo Antônio do Içá, no interior do Amazonas, seu pai ia até a cidade com os seus irmãos e ela, por ser mulher, não podia acompanhá-los e ficava com a mãe.

Os irmãos chegavam sempre empolgados com as coisas que tinham visto e experimentado, tentando explicar o que era gelo ou refrigerante, por exemplo, e ela não conseguia compreender. Bastante curiosa, pede para a mãe convencer o pai a levá-las e, depois de muita insistência, passam três dias na canoa para chegar ao município, no intuito de vender as mercadorias da família. Já nessa primeira viagem, com dezenove anos, conhece a professora com quem morou no município, que insiste para que ela fique em sua casa para estudar, por mais que na época ela não entendesse o que isso significava. Depois de quase um ano de insistência, consegue convencer o pai: trabalhou como babá e fazia a alfabetização à noite durante dois anos, até que, por conta de uma fofoca da cidade, precisa fugir para Manaus porque o pai e os parentes pensavam que estava grávida e ficou jurada de morte pela família.

Infelizmente, esta etapa de sua história assemelha-se a tantas outras que despontaram nos últimos anos: nossa protagonista sofreu mais um caso de escravidão contemporânea. Passou a trabalhar dia e noite em uma casa de família em troca de abrigo e comida, cuidava das crianças, fazia supletivo à noite – sempre com muito controle com o horário de voltar para casa –, perdeu o contato com os parentes, não podia falar com ninguém, sofreu humilhações diversas e era trancada no quatinho dos fundos quando alguém de Santo Antônio do Içá hospedava-se na casa. Às vezes, quando estava sozinha, conversava com as vizinhas que, com pena, falavam para ela fugir.

Após dez anos nessa situação, conclui o ensino médio, engravida e presta o vestibular para o curso de Biblioteconomia na Universidade Federal do Amazonas, fato que relata com muito orgulho: “uma indígena no ensino superior”. A “patroa” desdenhava da sua barriga, fazia ela trabalhar pesado, zombava, dizia que não havia lugar para sua filha na casa, maltratava a sua filha Mainuma, chegando a viajar com toda a família e deixando-a sozinha, operada, com menos de uma semana de parto, entre outras violências. Em uma das brigas frequentes, é expulsa da casa e sem rumo e vai dormir na rua. Consegue abrigo na casa de uma antiga nora da patroa, onde passa sete anos.

Começa a frequentar a faculdade de Biblioteconomia na UFAM, levava a filha para as aulas e, com a ajuda de uma professora, consegue um estágio na universidade para não desistir do curso, além de amparo emocional, ajuda com vale transporte, alimentação, entre outras coisas. É efetivada na UFAM, começa a ajudar em casa financeiramente, tem apoio da família que fica com a sua filha e a vida começa a melhorar, mesmo com os preconceitos que vivia na universidade por ser indígena. É importante destacar que o processo de opressão da/o indígena em Manaus é frequente: chamada de “Paris dos Trópicos” no período áureo de extração da borracha no século XIX, a cidade até os dias hoje se identifica com o título, está construída de costas para seus rios e percebemos uma constante negação da floresta por parte da população ainda identificada com o colonizador.

Outro importante aliado bastante citado pela nossa protagonista é o colega João Paulo Tukano<sup>8</sup> que conhece em uma disciplina da universidade e, a partir de então, não se sente mais tão sozinha no ambiente acadêmico. Ele a ajuda a conseguir os seus direitos na FUNAI (Fundação Nacional do Índio), que ela nem conhecia, a introduz no movimento indígena, estimu-

8 João Paulo Lima Barreto ou João Paulo Tukano (nascido no Alto Rio Negro, Amazonas), é um ativista do povo Ye'pamahsã (Tukano). Foi o primeiro indígena a defender uma tese de doutorado em Antropologia Social na UFAM (Universidade Federal do Amazonas), graduado em Filosofia pela mesma universidade, fundou o Centro de Medicina Indígena da Amazônia em 2017.

lando-a a ajudar o próprio povo dentro e fora do Parque das Tribos, a terminar a faculdade e a entrar no mestrado. Durante a roda de conversa, destacamos que Perpétua Tsuni atualmente realiza a pesquisa “A música na visão de uma mulher Kokama” no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFAM e que, no ano de 2016, foi candidata à deputada federal e, em 2018, à vereadora nas eleições municipais de Manaus pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Ela fala o quanto também encontrou opressões nestes importantes espaços – Universidade e Política – nos quais a mulher, e especificamente a mulher indígena, ainda precisa percorrer longas lutas para ter voz.

Hoje, o Parque das Tribos tem uma dimensão importante no contexto manauara e acaba sendo o foco de representação junto à FUNAI e outros órgãos na luta pelos indígenas de Manaus e do interior do Amazonas. E pensar que estas duas mulheres encabeçaram este combate, juntamente a outros/as aliados/as, é de fato uma inspiração. Em seguida, os/as estudantes começam a fazer perguntas e, a cada uma delas, nossas protagonistas observavam suas características, identificando possíveis etnias. Foi momento especial de resgate à ancestralidade e o orgulho em ser indígena: “Você é Saterê-Mawé! Você sabia disso?”, constatou Lutana sobre a etnia de origem de um dos estudantes que, passado um ano dessa experiência, desenvolve trabalhos artísticos relacionados a esta ancestralidade, tornando-se um ativista na pandemia.



Cacica Lutana Kokama mostra as plantas medicinais de seu quintal para os estudantes. Fonte: Arquivo Pessoal

Em seguida, a roda se desfaz e os abraços de gratidão são muitos, os corpos dilatam-se repercutindo a experiência. Passeamos pelo Parque conhecendo a comunidade e seus costumes e vendo de perto as necessidades provenientes da ausência de políticas públicas. Lutana e Tsuni apresentam seu quintal (as duas eram vizinhas<sup>9</sup>), mostrando-nos as árvores e as plantas medicinais usadas em chás e falando da importância de sermos parte e não superiores à Floresta.

Aceitamos o convite para tomarmos banho de rio no encontro seguinte e fomos recebidos/as mais uma vez com afetividade por elas e por suas famílias. Nesse trajeto, muitas fotos, empolgação dos/as estudantes felizes e, alguns outros, com vergonha por conta dos padrões de beleza estabelecidos, preferem contemplar a paisagem. Foi uma festa, quem não tinha levado roupa para banho, se agilizou para entrar assim mesmo ou aceitou emprestado roupas de outros/as colegas.

<sup>9</sup>A pesquisadora Perpétua Tsuni Kokama mudou-se do Parque ainda em 2020 devido à distância, para poder ter mais conforto para estudar.



Banho de rio com os estudantes e com as nossas anfitriãs. Fonte: Arquivo Pessoal

Revigoradas/os, pensamos para a segunda parte do dia uma experimentação de Teatro Fórum e uma roda de conversa. Durante o percurso, conversando com nossas anfitriãs e parte do grupo, elas decidiram juntas que gostariam de ver representada a vida escravizada de Perpétua Tsuni, que se assemelha a história de muitas meninas indígenas que vem para capital e são oprimidas por famílias ricas da cidade. Não se trata de um caso ou outro, mas sim de uma situação comum, vivida até os dias atuais no Norte do país. As/os estudantes já haviam experimentado durante os encontros modulares os fundamentos de Teatro Fórum e Teatro Épico, as técnicas de distanciamento brechtiano<sup>10</sup> e refletiram acerca da ação da/o espectador/a. Augusto Boal (2009) pontua que a verdade de uma possível democracia é a livre manifestação do pensamento e a compreensão das necessidades individuais e coletivas, além de um debate transparente entre as/os oprimidas/os, seguida de ações concretas, pois não basta se conscientizar, a ação é fundamental. Sabemos que deveríamos viver em uma sociedade democrática, porém, esta democracia nem sempre é colocada em prática devido à diversidade de conflitos e às relações de poder.

A filosofia do Teatro da/o Oprimida/o, segundo Boal, reside em respeitar todas as formas do fazer teatral por mais diversas que sejam, sem competir com nenhuma linha de pesquisa considerando-a certa ou errada. É necessário, segundo ele, ter em vista que o intercâmbio criativo de informações e conhecimentos acrescenta à prática do Teatro do Oprimido, que se espalhou pelo mundo. Escolher fazer Teatro Político, especificamente Teatro da/o Oprimida/o

<sup>10</sup> Bertolt Brecht buscava explicitar em suas obras como o mundo é passível de ser modificado por meio da ação social consciente. Em oposição à cena dramática e aristotélica, Brecht não visava apenas a apresentação das conexões inter-humanas individuais, e sim as determinantes dessas conexões, despertando tanto no ator, como no espectador, a reação crítica: o *estranhamento/ distanciamento* (*Verfremdungseffekt* ou efeito V) de tudo aquilo que lhes parecesse familiar e conhecido (POTY, 2013).

em uma comunidade indígena, se mostrava um desafio para nós devido ao medo de nos impormos, ao invés de realizarmos trocas. Todo o cuidado foi tomado para que as protagonistas fossem as próprias mulheres indígenas com suas histórias de superação e vivências de opressão.

O objetivo do TO é estimular reflexões acerca de sociedades humanas mais solidárias (BOAL, 2009, p. 184). A principal identidade do Teatro e da Estética da/o Oprimida/o é tornar real a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, considerada utópica, a partir de um comportamento ético que busque esse ideal. Boal considera e defende a originalidade da metodologia do Teatro da/o Oprimida/o, quando ressalta três pontos principais: a cena pode ser usada por todas/os, não existindo divisão entre palco e plateia; o espetáculo teatral e a vida real se misturam, pois este é uma etapa da vida real, jamais uma ilusão; e, por último, não existem barreiras entre artistas e não-artistas, pois, “somos de todas as artes, todas/os podemos pensar por meios sensíveis – arte e cultura” (BOAL, 2009, p. 185).

O Teatro Fórum, umas das principais técnicas da Estética da/o Oprimida/o, foi o escolhido para encenar a história. O grupo de estudantes da disciplina se reuniu e dividiu-se em dois grandes grupos: um que iria encenar a opressão, outro que iria ser plateia e que, em conjunto com as protagonistas oprimidas que escolheram estar espectadoras, iriam realizar o fórum de discussões para mudar a cena. Nesse processo, diferentes possibilidades de cena são experimentadas, de forma a verificar a opressão por diversos ângulos. O fórum de discussões é contínuo, do processo entre os atores/atrizes ao debate com a plateia. O recorte escolhido foi a situação de cárcere privado da protagonista oprimida, que ficava escondida num quatinho atrás da casa quando visitantes do município de Santo Antônio de Içá vinham procurá-la. A estrutura da cena montada pelos/as estudantes foi a seguinte:

Tema do Teatro Fórum: *Cárcere privado de Perpétua Tsuni como empregada doméstica escravizada na cidade grande*

Personagens:

- Opressora: Patroa branca
- Principal oprimida: escrava indígena
- Outras oprimidas: duas empregadas domésticas da casa que trabalhavam oito horas por dia, ganhavam um salário (não registrado em carteira) e voltavam para suas casas, diferente de Perpétua que trabalhava 24 horas na casa sem ganhar nada.
- Visitantes da cidade de Perpétua.

*Cena 1:* A cena começa com a oprimida varrendo o lixo da casa, em seguida ouve-se a campainha, com os visitantes de Santo Antônio do Içá.

*Cena 2:* Cena da patroa branca empurrando Perpétua para um quarto, humilhando-a e pedindo para outra empregada doméstica atender a porta.

*Cena 3:* A patroa fala com os visitantes, oferece café e água para disfarçar e avisa que Perpétua não trabalha mais ali. Empregada fecha a porta.

*Cena 4:* Patroa branca retira Perpétua do quarto e a humilha, desqualificando-a e ameaçando-a. Cena termina com a oprimida chorando e sem perspectivas.

Nossas anfitriãs e outras mulheres da comunidade assistem atentamente. Inicia-se o Fórum, identificando as opressões e motivando a plateia a mudar a cena. Percebemos um desconforto em Tsuni que, em um primeiro momento, não quer assumir o lugar da oprimida da

encenação pois, ao que parece, ver sua história representada abriu uma ferida que há tempos estava sem curativo: é perceptível a emoção em seus olhos e no corpo contraído.

*Primeira solução da plateia:* Perpétua gritar e pedir ajuda as duas empregadas domésticas para lhe tirarem daquele lugar. Uma delas se mostra resistente, pois tem medo de perder o emprego.

A cena é realizada, mas a protagonista real percebe de fora que essa solução ainda é frágil.

*Segunda solução da plateia:* Perpétua contar sua história e convencer uma das empregadas domésticas a ajudá-la no momento em que chegarem os visitantes, avisando a estas que ela está presa em um quarto. Dessa forma, ela teria mais aliados e não correria o risco de perder o seu emprego como empregada.



Prática de Teatro Fórum realizada a partir da história de Perpétua Tsuni Kokama. Fonte: arquivo pessoal

A cena é realizada com outra atriz da plateia. A patroa branca não tem saída, está sendo pressionada pelos visitantes, que entram na casa e ouvem os gritos da oprimida trancada no quarto, resgatando-a e denunciando a patroa.

Todas/os aplaudem, nossa protagonista se emociona e relata que sim, deveria ter gritado, pedido ajuda, pois talvez a sua situação de opressão não perdurasse por tanto tempo. Neste momento, presenciamos um processo de consciência da opressão e, uma vez conscientes da situação, começamos a procurar aliados/as para nos fortalecermos e de alguma forma sairmos do lugar de subjugação. As mulheres da comunidade também assistiam e batiam palmas, foi importante observá-las e percebê-las contempladas de alguma forma, ouvimos: “vixe, já passei por isso, é horrível” e observarmos o quanto algumas estavam pensativas. Ademais, Tsuni nos revelou que foi a primeira vez que ela conseguiu falar abertamente sobre o assunto, pois este ainda a machuca, porém, durante a roda de conversa e troca de experiências, ela se sentiu mais à vontade e fortalecida para questionar as opressões.

Terminamos esta vivência no dia 4 de março de 2020, com bolo, guaraná<sup>11</sup>, muita música e dança indígena, abraços e a promessa de voltarmos em breve. No dia 9 de março finalizamos o componente modular no Curso de Teatro da UEA e, no dia 16 de março, a universidade é fechada devido a primeira onda da Covid-19 no Amazonas. Foram meses de mortes, falta de leitos de UTI, profissionais de saúde, equipamentos e insumos hospitalares. Passamos o resto do ano liderando frentes solidárias ao Parque das Tribos, ajudando a arrecadar o básico: alimentos, material de higiene, luvas, álcool em gel e máscaras.

Diversos indígenas do Parque foram acometidos pelo vírus, de modo que a comunidade sentiu ainda mais o descaso de um desgoverno estruturado na necropolítica<sup>12</sup>, mostrando na prática como se planeja a morte de um povo. Com a pandemia, percebemos que, mesmo em meio ao machismo e outras relações de poder que tentam abafar suas falas, são as mulheres do Parque das Tribos que gerem o local, com diretrizes, regras básicas de convivência e de respeito às tradições de cada etnia<sup>13</sup>.

Podemos constatar nas falas divulgadas pela imprensa do então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, e do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, o tal projeto genocida:

Ele tá querendo transformar a gente numa colônia. Esse país não é... odeio o termo 'povos indígenas', odeio esse termo. Odeio. O 'povo cigano'. Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré! [...] É povo brasileiro, só tem um povo. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, pô! Acabar com esse negócio de povos e privilégios. (WEINTRAUB, 2020)

Nós temos a possibilidade neste momento, que a atenção da imprensa está voltada quase que exclusivamente para covid-19...A oportunidade que nós temos, que a imprensa está nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas que o mundo inteiro cobrou. [...] Então, para isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de covid-19, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de Ministério da Agricultura, de Ministério do Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços. [...] É de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos. (SALLES, 2020)

As falas acima, amplamente divulgadas pela imprensa, foram ditas pelo ex-Ministro da Educação Abraham Weintraub e pelo Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, respectivamente, durante reunião ministerial em 22 de abril de 2020. Estas, ilustram o projeto genocida do atual governo, revelando a perversidade e a violência de uma política que destrói a floresta e visa o apagamento das identidades dos povos originários, tudo em nome dos interesses do mercado e das oligarquias do país. Durante a pandemia, essas mulheres indígenas sobrecarregaram-se ainda mais cuidando dos doentes: nossas protagonistas enfraqueceram fisicamente e contraíram o coronavírus. Anciãos detentores das sabedorias dos povos indígenas – como o

<sup>11</sup> Dia do aniversário de 35 anos de Annie Martins, comemorado no Parque das Tribos.

<sup>12</sup> Termo cunhado por Achille Mbembe (2018) para designar a política de morte adaptada pelo Estado. O autor elabora esse conceito à luz do estado de exceção, do estado de terror, do terrorismo. É o que vemos, por exemplo, no caso da pandemia de covid-19.

<sup>13</sup> Durante as frentes solidárias ao Parque das Tribos que realizamos nos anos de 2020 e 2021 devido à pandemia, e após a morte do Cacique Messias Kokama por covid-19, que liderava o Parque em conjunto com a Cacica Lutana, percebemos nos últimos seis meses uma mudança drástica na gestão menos hierárquica entre homens e mulheres no espaço. Após a eleição das novas lideranças, a Cacica Lutana Kokama tornou-se vice na organização local, porém, percebemos que é uma vice-liderança alegórica, pois o *modus operandi* da nova governança passa por cima de suas decisões ou mesmo não a avisa das dinâmicas do Parque.

ex-esposo da Cacica Lutana, o Cacique Messias Kokama –, faleceram e foram enterrados com os rituais possíveis de serem realizados neste contexto, em meio a muita dor.

Acompanhamos o luto no Parque das Tribos. Vanda Ortega, da etnia Witoto – técnica de enfermagem atuante na comunidade desde o início na pandemia, quando nenhuma unidade móvel de saúde havia no Parque, e a primeira pessoa vacinada no Estado do Amazonas –, afirma que o número de infectados ainda é grande e que toda ajuda é bem-vinda. Perpétua Tsuni afirma que apenas os indígenas aldeados estão sendo vacinados como grupo prioritário, e que, mesmo assim, estes estão sendo bombardeados com as *fake news* de pastores locais que espalham boatos nas comunidades de que a vacina contém “o vírus HIV, o chip da besta e que transforma as pessoas em homossexuais”, de modo que a ignorância e o preconceito afastam esses povos do imunizante<sup>14</sup>.



Estudante do componente Interpretação II durante nossa visita ao Parque das Tribos. Fonte: Arquivo Pessoal

Sabemos que indígenas não deveriam receber uma ajuda simplesmente, e sim respeito e prioridade nas políticas públicas que lhe são de direito. Ainda assim, isto não compensaria o extermínio que sofreram e sofrem ao longo de tantos anos. Talvez sirva de consolo o fato de a floresta continuar se mostrando, visto que, mesmo na cidade cinza que nega a sua existência, os pássaros vêm nos visitar nas janelas gradeadas e com telas, dançando em liberdade. Assim também estão nossos corpos: presos por uma quarentena infinda, mas recordando-se em festa das memórias desses dias felizes pré-pandemia no Parque das Tribos, inspirados a resistir pelas histórias de Lutana e Tsuni.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOAL, Augusto. **A Estética do Oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BORDIN, Vanessa. **Contando histórias, revelando tradições: encontros com os indígenas no Amazonas**. 2020. Tese. Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Escola de Comunicação e Artes da USP-SP, São Paulo, 2020.
- CASTRO, Matheus. **Com falta de leitos em hospitais de Manaus, comunidade cria espaço para atender indígenas com Covid-19**. In: G1 Amazonas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/>

<sup>14</sup> Cabe ressaltar que, apesar do Estado do Amazonas ter sido o epicentro da variante P1 do coronavírus no país no início de 2021, entrando em estado de calamidade pública pela falta de oxigênio e de vagas nos hospitais, os indígenas não-aldeados, extremamente vulneráveis, não estão no grupo prioritário da vacinação. Enquanto isso, o prefeito de Manaus, David Almeida, e a secretária municipal de saúde, Shadia Fraxe, foram denunciados em 25 de janeiro deste ano, pelo Ministério Público Estadual, devido à fraudes no sistema de vacinação, favorecendo, entre outros, filhos de deputados e de empresários importantes da cidade.

amazonas/noticia/2021/01/29/com-falta-de-leitos-em-hospitais-de-manaus-comunidade-indigena-cria-espaco-para-atender-indios-com-covid-19.ghtml>. Acesso em 15 mar. 2021.

CORRÊA, Nayara; FERREIRA, Jacques de Lima; LIECHOCKI, Brígida. História de vida e formação de professores: uma pesquisa do tipo estado da arte. In: **Revista Educação em Perspectiva**. v. 11, 2020, p. 1-16.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PORTAL G1 AMAZONAS. **MP pede prisão do prefeito de Manaus e de secretária de Saúde por fraudes na vacinação contra Covid-19**. Portal Eletrônico G1, 27 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/01/27/mp-pede-prisao-do-prefeito-david-almeida-e-da-secretaria-shadia-fraxe-em-acao-sobre-irregularidades-na-vacinacao.ghtml>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

POTY, Vanja. Conceito de Gestus e técnicas de construção. In: **Revista Performatus**, Porto, Ano 1, n. 6, 2013.

SALLES, Ricardo. **Salles cita foco da imprensa na covid para ‘passar boiada’ e aprovar leis**. In: Portal Eletrônico UOL, São Paulo, 22 de maio de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/salles-cita-foco-da-imprensa-na-covid-para-passar-boiada-no-meio-ambiente.htm?cmpid>>. Acesso em 16 mar. 2021.

WEINTRAUB, Abraham: **Odeio o termo “povos indígenas”**; Quer, quer. Não quer, sai de ré. In: Portal Eletrônico UOL, São Paulo, 22 de maio de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/weintraub-odeiootermo-povos-indigenas-quer-quer-nao-quer-sai-de-re.htm?cmpid=copiaecola&cmpid>>. Acesso em 17 mar. 2021.

Recebido em: 16/02/2021

Aprovado em: 03/06/2021